

QUANDO O SER MÃE E O SER ALUNO SE CRUZAM NA EJA

Guilherme Twan de Sousa Pereira¹
Rebeca Hennemann Vergara de Souza²

RESUMO

O tema do estudo é a relação entre maternidade e a evasão escolar de alunas-mães na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Seus objetivos são de natureza exploratória. O objetivo geral é analisar a relação entre maternidade e evasão escolar entre alunas-mães da EJA. Os objetivos específicos são conhecer as causas mais comuns de evasão na EJA e discutir a relação entre maternidade e evasão escolar através de uma pesquisa bibliográfica. O trabalho é uma pesquisa bibliográfica realizada no Google Acadêmico e SCIELO com literatura entre os anos 2000 a 2019. A evasão na EJA é influenciada pela condição social, cultural e emocional das discentes, mas também por motivos advindos da própria instituição, relacionados à estrutura precária e metodologias não condizentes com o público. O grupo de alunas-mães enfrenta, além dessas dificuldades, uma gama de desafios que dizem respeito a carga maior de trabalho referente aos cuidados com os filhos e a pressão da família para abandonar seus estudos a fim de cuidar apenas da família. Conclui-se que alunas-mães lidam com obstáculos específicos derivados da construção histórica e social de seu gênero que podem contribuir para sua evasão na EJA.

Palavras-chave: Alunas-mães, EJA, Evasão escolar, Tripla jornada de trabalho, Família.

INTRODUÇÃO

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos, comumente chamada de EJA, é uma modalidade especialmente destinada a escolarizar pessoas que não puderam iniciar ou manter-se na escola, no que se entende como tempo certo. A EJA é um ambiente que agrega um público diverso que enfrenta uma gama de problemas para poder estudar. Dentre esse público, encontramos um grupo ainda mais característico que é o das mulheres.

Esta pesquisa partiu da vontade de se trabalhar com um público que historicamente enfrenta uma gama maior de dificuldades, desrespeito, violência e preconceito para várias inserções, inclusive na escola, que é o grupo formado por mulheres (JELIN, 1994). Mas aqui não se pretende trabalhar com o gênero feminino em sua totalidade, mas sim com mulheres que sejam mães, visando explorar a realidade vivida pelas alunas-mães diante da sua escolarização e procurando conhecer os desafios impostos a elas em seus estudos na educação básica.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - PI, guilhermetwanpereira@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, rebeca@cpm.uespi.br;

Pretende-se contribuir para os estudos que relacionam EJA e gênero, uma vez que identifica-se uma lacuna nos trabalhos sobre alunas-mães nesta modalidade (LEONCY, 2013). Como aponta a autora, essas alunas geralmente têm que conciliar diversos afazeres domésticos, cuidados com os filhos e/ou outros membros da família e estudos.

Diante do exposto, nos perguntamos qual a relação entre a maternidade e a evasão escolar de alunas-mães na modalidade EJA? A pesquisa em tela tem como objetivo geral: analisar a relação entre maternidade e escolarização entre as alunas-mães da EJA através de pesquisa bibliográfica. Os objetivos específicos: são conhecer as causas mais comuns de evasão na EJA e discutir a relação entre maternidade e evasão escolar.

METODOLOGIA

Este trabalho é um recorte de um trabalho de conclusão de curso em Pedagogia. A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa e exploratória. O tipo de pesquisa escolhido foi a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2008, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no Scientific Electronic Library Online – SCIELO, no Google Acadêmico e no acervo físico da Biblioteca Briolanja de Oliveira, do Campus Heróis do Jenipapo. A pesquisa foi realizada utilizando-se, nas duas primeiras plataformas, os buscadores “inserção da mulher na EJA”, “maternidade e EJA”, “mulheres e EJA” e “evasão na EJA”. No acervo físico, foi utilizada apenas o buscador “maternidade e escolarização”. As publicações foram limitadas aos período entre 2000 a 2019.

Contudo, no decorrer do trabalho, as pesquisas feitas por esses meios se mostraram insuficientes e foi preciso recorrer a novas pesquisas a fim de acrescentar outros textos que permitissem ampliar o corpus, adotando-se a busca com os termos EJA e evasão nas plataformas virtuais.

A análise de dados foi realizada em três fases. Na pré-análise, sistematizou-se “as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas” (SILVA; FOSSÁ, 2013, p.3), realizando a leitura geral do material eleito para a análise.

Na segunda fase foi realizada a exploração do material através “da construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações” em categorias. (SILVA; FOSSÁ, 2013, p. 4).

Na terceira e última fase, que diz respeito à interpretação, os dados foram analisados para tentar entender o fenômeno pesquisado. Para Silva e Fossá (2013, p. 4), “a terceira fase compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O início da EJA no Brasil acontece ainda no período colonial tendo como seu principal objetivo não só a formação científica das pessoas, mas também a divulgação do dogma religioso cristão (NOGUEIRA; FARIAS, 2013). No Brasil Império, aconteceram reformas educacionais que preconizavam a necessidade de ensino noturno para adultos analfabetos. Em 1876, foi feito um relatório pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo apontando a existência de 200 mil alunos frequentes às aulas noturnas. Durante muito tempo as escolas noturnas eram a única forma de educação de adultos praticada no país. (PORCARO, 2004).

Apenas com o desenvolvimento industrial do país e com o fim do Estado Novo, na década de 1940, a educação de adultos sofreria um impacto forte. Nesse contexto, a educação era vista sobretudo como um instrumento de progresso nacional e político, como afirmam Almeida e Corso (2015, p. 1286),

Com o fim do Estado Novo e a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, as exigências educacionais eram outras, ou seja, principalmente, aumentar o contingente eleitoral e preparar mão de obra para o mercado industrial em expansão. Sendo assim, o estado brasileiro, viu-se obrigado a implantar políticas de âmbito nacional para atender a educação de adultos. Restava, portanto, para os excluídos do sistema regular de ensino e do sistema educacional paralelo de ensino profissionalizante, as campanhas de alfabetização em massa, que ocorreram entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1960.

Nos anos 1960, cabe destacar a revolução de Angicos e as experiências de alfabetização popular de Paulo Freire, ancoradas na autonomia e na emancipação dos jovens e adultos trabalhadores. Como reação a esse modelo, com o golpe civil-militar, foi criado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que, como explica Ceratti (2007, p. 4), “aconteceu no período de 1970 a 1985, criada pela Lei nº 5379 de 15/12/1967”. O MOBREAL foi destinado a alfabetizar pessoas que se encontravam na idade de 15 a 30 anos.

Nos dias atuais, a modalidade de educação de jovens e adultos é assegurada por lei, sendo oficialmente reconhecida na Constituição brasileira de 1988. Segundo Nogueira e Farias (2013), essa modalidade é contemplada pela “Constituição Federal, garantida pelo artigo 208,

e a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) de 20 de dezembro de 1996, assegura a oferta e atendimento da modalidade nos artigos 4º e 5º”.

Como observado, a EJA é um importante instrumento para formar o aluno que infelizmente, por razões diversas, evadiu do ensino regular e não pode mais voltar a ele, ou que nem mesmo conseguiu ter oportunidade de entrar em uma instituição formal de ensino. É curioso perceber como a EJA no Brasil, desde o seu começo, quase sempre esteve mais a serviço de interesses que não tinham a aquisição dos direitos à educação de seus cidadãos como prioridade, mas sim benefícios que se encontravam paralelos à conquista de educar jovens e adultos nessa modalidade, utilizando a EJA como uma ferramenta para poder atingir objetivos convenientes para algum grupo na época. Para Ceratti (2007, p.1), “os programas voltados à EJA no Brasil tornaram-se reféns de uma situação que durante décadas fez desse um discurso político rentável e desconectado de compromissos reais”.

Essa realidade fez com que a EJA tivesse que enfrentar vários problemas no país que ainda hoje não foram resolvidos. Entre eles, está a evasão escolar. Segundo Batalha e Silva (2018, p. 14), “a evasão escolar acontece no momento em que o aluno deixa de frequentar as aulas, afastando-se das atividades escolares durante o ano letivo”. No caso da EJA, a evasão significa que os estudantes acabam por abandonar mais de uma vez seus estudos.

Segundo Ceratti (2008), na procura pelas causas do fracasso escolar, há estudos que mostraram que os fatores vinculados aos alunos como suas capacidades, sua motivação ou sua herança genética são determinantes. Outras perspectivas, pelo contrário, deram ênfase principalmente aos fatores sociais e culturais. O fato de que as classes socialmente desfavorecidas apresentam uma porcentagem superior de fracasso reforça tal posição. Existem também visões alternativas que situam, em segundo plano, os fatores individuais e sociais, e atribuem a responsabilidade maior ao próprio sistema educacional, ao funcionamento das escolas e ao estilo de ensino dos professores.

As pessoas que se encontram na EJA buscam nela uma gama de oportunidades para sua formação pessoal e profissional, como ter maiores chances de arranjar ou mudar de emprego, satisfazer o desejo de ter uma formação educacional, cursar o Ensino Médio que não conseguiu fazer na idade apropriada e com isso depois conseguir entrar no Ensino Superior ou simplesmente a vontade ou necessidade de adquirir conhecimento, como afirmam Teixeira e Passos que fizeram uma pesquisa em uma turma de 14 alunos sobre os motivos que levaram os alunos à EJA para concluir o Ensino Fundamental:

Deste movimento pode-se construir 6 categorias. Na *categoria 1* estão as respostas

onde observou-se as pretensões de mudança de emprego; Na *categoria 2* as respostas que mostram anseio de cursar o Ensino Médio; Na *categoria 3* as respostas ligadas à satisfação pessoal, que foram separadas em duas subcategorias: *subcategoria 3.1* composta pelas respostas de satisfação pessoal ligadas ao passado e *subcategoria 3.2* formada pelas respostas de satisfação pessoal relacionadas ao futuro; Na *categoria 4* estão as respostas que expressaram o Desejo de Cursar um Ensino Superior; Na *categoria 5* as respostas que constituem vontade de Adquirir Aprendizado e a *categoria 6* é formada pelas respostas que demonstraram a necessidade de possuir estudo. (TEIXEIRA; PASSOS, 2012, p. 9).

A evasão na EJA ganha camadas a mais, relacionadas à dimensão do gênero. Para Narvaz, Sant' Anna e Tesseler (2013, p. 95), é “importante atentar para o fato de que as desigualdades de gênero não remetem às diferenças sexuais e biológicas entre homens e mulheres, mas às desigualdades de poder inscritas nessas diferenças”.

Independente de ser o público masculino ou feminino, os alunos da EJA estão à mercê de evadir da instituição de ensino, mas, no caso das mulheres, pode-se observar que existe um agravante devido ao seu gênero que decorre da carga extra de responsabilidades e trabalho vindos da sua posição na divisão do trabalho doméstico. Deveres e afazeres como cuidados domésticos e com filhos são exemplos de funções atribuídas às mulheres e que podem configurar dificuldades adicionais para sua evasão na EJA.

Na EJA, fatores ligados ao gênero têm interferido na participação feminina na escola. Sabe-se que a necessidade de arcar com as responsabilidades familiares advindas do casamento e a maternidade é um dos principais motivos de evasão das mulheres adultas da escola. (NARVAZ; SANT' ANNA; TESSELER, 2013). Ser mulher implica que seus deveres como cuidadora do lar e como progenitora devem ser consideradas como obrigações quase absolutas, podendo não haver mais espaço para fazer outras coisas, como estudar. Diante disso, as mulheres podem se ver em uma situação em que tentar buscar por formação é considerado um inconveniente já que sua única tarefa tem que ser a manutenção da casa e da família. “Uma vez que está realizando uma ocupação considerada por natureza um trabalho de mulheres, nada justifica que queiram estudar, ou mesmo buscar uma formação profissional que acabará sendo, portanto, desnecessária” (BASTOS, 2017, p.39-40).

A evasão escolar na EJA por parte das alunas pode ter raízes em motivos que são diretamente ligados a sua condição de gênero ou que, no mínimo, podem contribuir para o fenômeno da evasão. Além disso, ser pobre, negra e/ou morar em áreas rurais também contam como razões que contribuem na decisão de abandonar os estudos na EJA por parte das mulheres. (NARVAZ; SANT' ANNA; TESSELER, 2013).

É necessário entender que ser uma mulher na EJA é ter que conseguir suportar não apenas as responsabilidades da modalidade e da vida profissional, mas também conseguir

conciliar os deveres do seio doméstico e familiar com a vida escolar.

Embora homens e mulheres que estudam na EJA possam possuir uma dupla jornada de trabalho (trabalho remunerado e estudos), o que já pode afetar de maneira negativa no desempenho escolar, as alunas-mães podem ter um agravante uma vez que a maternidade pode constituir para elas uma terceira jornada de trabalho (trabalho remunerado, estudos e maternidade) o que se torna mais um uma razão de dificuldades nos seus estudos. Cabe destacar, entretanto, que o problema aqui não é a maternidade em si, mas a forma como socialmente é realizada a divisão social do trabalho doméstico.

Bastos (2011) afirma que muitas mulheres vivem os problemas das pesadas jornadas de trabalhos, ao ter que se dedicar aos filhos, cuidando do sustento e educação de sua prole sem que muitas vezes possam educar-se, seja pelo tempo escasso dessa rotina ou pelos horários de oferta da escola que se mostram incompatíveis com a realidade da aluna-mãe.

O trabalho feminino se caracteriza, em grande parte, como de cuidado, e dentro desta categoria, encontra-se o trabalho doméstico. Na sua dupla natureza, como trabalho remunerado e não remunerado, o trabalho doméstico é, em grande parte, trabalho de natureza reprodutiva. Diferentemente do trabalho produtivo, considerado sincrônico, cuja natureza é definida por ter claramente demarcado um início e um fim, o trabalho reprodutivo é diacrônico, ininterrupto, invisível. Ele transborda fronteiras, frequentemente a mulher-mãe concilia a tarefa de cuidado da prole, monitorando a rotina da casa desde seu trabalho remunerado. (EITERER; DIAS; COURA, 2014).

Como aponta Bastos (2017), em sua pesquisa com mães da EJA, muitas vezes todo o trabalho do dia a dia, que vem da família, do emprego e dos próprios filhos, entra em conflito com o horário das aulas que geralmente acontecem à noite.

O trabalho materno e doméstico não possui um momento certo para começar ou terminar, pois a qualquer hora do dia as mães e esposas precisam mostrar disposição para cumprir com os deveres, tornando mais difícil para as alunas-mães conciliar com seus estudos é o fato dele. Nas palavras de Bastos (2017, p. 89), “mesmo nos momentos considerados de lazer, as mulheres podem estar desempenhando alguma atividade relativa ao trabalho doméstico, como, por exemplo, estar na praia ou na festa e estar cuidando de crianças ao mesmo tempo”.

Embora tanto mulheres como homens pertencentes às classes populares trabalhem desde crianças, fazendo com que desde a sua infância tenham que lidar com a realização de tarefas que dizem respeito a sua própria sobrevivência, do ponto de vista do trabalho doméstico, pode-se perceber que, no caso das mulheres, este trabalho faz com que elas se encontrem em

uma posição bem mais difícil. Como Eiterer; Dias; Coura (2014, p. 168) constataram em sua pesquisa de campo sobre aspectos da escolarização de mulheres na EJA:

Assim, com o foco na diversidade das atividades desempenhadas, a pesquisa de campo mostrou que, embora a infância pobre atinja, igualmente, meninos e meninas, para as mulheres a divisão sexual de tarefas domésticas significou acúmulo de desvantagens sociais. Parece-nos bastante razoável apontar que, para elas, mulher e pobreza são categorias que configuram situações de subordinação de gênero e de classe. (EITERER; DIAS; COURA, 2014, p. 168).

Quando essas mesmas mulheres se encontram na condição de mãe e na de aluna da EJA existe a necessidade de conciliar essas diferentes atividades, o que pode ser um desafio difícil. A dificuldade que essas mulheres sentem em conseguir manter duas ou mesmo três jornadas de trabalho é um dos motivos que pode levar à desistência destas na EJA.

Outro motivo que pode dificultar a estadia das alunas na EJA se refere à pressão que podem sofrer de sua própria família para não continuar seus estudos, pois, do ponto de vista dos familiares, como a esposa e/ou mãe é a responsável pelo cuidado da família e da casa, se dedicar a uma outra atividade, como estudar, pode ser compreendido como um inconveniente. A ideia é que estudar pode atrapalhar seus deveres como zeladora da família, além de também poder exigir dos demais membros uma contribuição de seu tempo e esforço para que ela consiga se manter na EJA. Na pesquisa sobre aspectos da escolarização na EJA, as autoras Eiterer; Dias; Coura (2014, p. 170) apontam que:

Nos depoimentos das mulheres, a gestação, os cuidados com os filhos e a família constam frequentemente entre as principais razões apresentadas para o afastamento precoce da escola. Não podemos, contudo, desconsiderar o poder que exerceu a submissão ao pai ou ao marido entre essas razões”. (EITERER; DIAS; COURA, 2014, p. 170).

Assim, se em algum momento, o retorno aos estudos não era cogitado por elas, ao decidirem retornar a ele, o conflito que antes se colocava apenas na dimensão subjetiva, passa a se manifestar na esfera doméstica de modo objetivo. A disputa cotidiana de poder se instala, tensionando as vidas familiares. Fazer valer o direito à escolarização leva à desmistificação do jargão “não tem necessidade”. (EITERER; DIAS; COURA, 2014). Isso leva às profundas discussões dentro do contexto familiar se existe necessidade da esposa/mãe realmente ter que

estudar, se não seria melhor apenas ser cuidadora do lar, perpetuando uma situação de que, talvez para os maridos e filhos, seja de comodidade.

Quando o apoio da família é inexistente, essas estudantes podem acabar cedendo a essa exigência e abrindo mão de seu direito à educação. A pressão para a mulher abandonar a escola pode vir em especial do marido ou homem que atende como chefe da família, pois a situação de dominância do homem sobre a mulher é algo que vem há muito tempo, como fala Boff (2011), “a concepção de mulher, como ser inferior e, conseqüentemente, a sua dominação pelo homem, acontece desde muitos séculos a.C.”. O esposo, por exemplo, espera que a sua esposa, aqui estudante da EJA, compre os mantimentos necessários para passar o mês, prepare as refeições, limpe a casa, lave as roupas e cuide de tudo que se refere às necessidades e educação dos filhos do casal, dando conta de todas atividades sozinha já que, como mulher, é sua responsabilidade natural (BASTOS, 2017).

Também se precisa ter em mente que este processo de submissão à família não é uma algo que ocorre de maneira repentina em um determinado momento para aluna, mas é resultado de uma longa jornada de vida em que ela foi ensinada que seu lugar é primeiramente ao lado de seu marido e filhos e que como boa mulher ela deve se dedicar e acatar suas ordens e vontades em primeiro lugar mesmo que para isso seja necessário desistir mais uma vez de sua formação educacional. O lugar destinado às mulheres na sociedade e que se anuncia como a necessidade de arcar com as responsabilidades familiares, advindas das relações de gênero tidas como naturais, postas pelo casamento e a maternidade é um dos principais motivos manifestados, de evasão das mulheres adultas da escola (TESSELER; MARA; NARVAZ, 2012, p. 104).

Mesmo nos dias de hoje, onde a mulher está cada vez mais se libertando do domínio masculino e alcançado maior liberdade de escolhas em sua própria vida, é possível para nós ainda poder dizer que a família pode se mostrar como uma força capaz de contribuir para sua saída da escola seja de forma direta, dizendo que elas devem largar os estudos, ou de forma indireta, simplesmente não colaborando para que elas se mantenham no colégio. Como expressam Viganó e Laffin (2016, p. 8), em sua pesquisa sobre a educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres:

Embora a emancipação da mulher esteja cada vez mais presente e a ideia de “igualdade” entre os sexos se demonstre nos direitos humanos, elas ainda permanecem “presas” num sistema em que predomina o domínio masculino. Essa dominação aparece nas falas das alunas, que demonstraram que os companheiros e/ou os pais (mãe e pai) as proibiram de estudar ou, pelo menos, não incentivaram os estudos. (VIGANO; LAFFIN, 2016, p. 11).

Dessa forma, essas mulheres podem, em alguns casos, serem afastadas de uma formação escolar na EJA, ter esse importante direito comum a todas as pessoas, negado pela falta de apoio de sua parentela, que podem até mesmo coagir essas estudantes para desistência por não sentirem que é necessário que elas tenham essa formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa, pensava-se entender sobre as dificuldades das alunas-mães na EJA e essa ideia girava em torno do simples pensamento de que os filhos seriam um motivo de peso para sua saída da modalidade. Entretanto, no decorrer do trabalho percebeu-se que falar sobre alunas-mães é discutir não apenas sobre esse perfil específico em uma situação isolada, mas ter ciência de que existe toda uma história social que implica na vida da aluna por conta do seu sexo e coloca travas, mesmo que sutis, que a impedem de seguir em frente. É impossível falar sobre alunas-mães na EJA ignorando o fato de que esses sujeitos também são ao mesmo tempo mulher, dona de casa e esposa.

Dessa forma, entende-se que além da maternidade e dos aspectos de condição social, moradia, raça ou cor, a divisão sexual do trabalho doméstico deve ser considerada como relevante para compreender a qualidade e a possibilidade da permanência.

Assim um ponto importante a ser abordado é o que se refere ao arcabouço teórico que parece refletir de certa forma essa situação de apagamento e invisibilidade da condição das mulheres-mães na EJA. Destaca-se que não foi possível prosseguir com a ideia de se falar sobre os aspectos positivos da relação maternidade-estudo, como se havia planejado inicialmente, visto que não foram localizadas pesquisas que abordassem esse aspecto, pois todas elas concentravam-se apenas no aspecto negativo da relação, inferindo um preconceito social que parece ver a maternidade como responsável pelas dificuldades das alunas-mães enquanto ignora as relações de poder estabelecidas entre os gêneros e a divisão sexual do trabalho.

Além disso esse grupo é tratado de forma caricata, pois os autores parecem partir de um estereótipo que coloca essas alunas-mães como mulheres adultas com pouco poder aquisitivo, sem rede de apoio e de classes populares, dando a impressão que essas características são indissociáveis do que é ser uma aluna-mãe na EJA, sem contudo problematizar as questões étnico-raciais e de classe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; CORSO, Â. M. **A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais**. Paraná, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

BASTOS, L. C. **Trabalho doméstico, relações de gênero e educação: um estudo com educandas/os da EJA**. 2017. 198 p. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação Programa de Pós Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AU8KPD/1/tese_vers_o_final_ludimila_correa_bastos.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

BASTOS, L. C. **Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA**. 2011. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8GPJ2B/1/disserta_o_ludimila_corr_a_bastos.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.

BATALHA, R. V.; SILVA, C. C. Evasão escolar na educação de jovens e adultos: Um olhar a partir do Colégio Estadual Normal em Ipameri – GO. **Itinerarius reflectionis** revista eletrônica graduação/pós-graduação em educação UFG/REJ, v. 14, n. 1, p. 1 – 22, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/48592/25273>. Acesso em: 12 out. 2019.

BOFF, C. B. “...Sem asas, porém...”: as imagens de mulher na percepção de alunos Jovens e Adultos da EJA, através dos textos da Literatura Clássica e Contemporânea. 2011. 42 p. TCC (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados de Liberdade) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72638>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CERATTI, M. R. N. **Evasão escolar: causas e consequências**. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), Curitiba/PR, p. 2–18, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19255605-Evasao-escolar-causas-e-consequencias.html>. Acesso em: 08 abr. 2020.

CERATTI, M. R. N. **Políticas públicas para a educação de jovens e adultos**. SEED/PR, v.1, n.1, p.1-26, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/242-2.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

EITERER, C. L.; DIAS, J. D.; COURA, M. Aspectos de escolarização de mulheres na EJA. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 161-180, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2014v32n1p61>. Acesso em: 16 out. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- JELIN, E. Mulheres e direitos humanos. **Estudos feministas**, v. 2, n. 3, p.117-149, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16293/14834>. Acesso em 10 out. 2019.
- LEONCY, C. E. T. **Mulheres na EJA**: questões de identidade e gênero. 2013. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, Campinas, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250793/1/Leoncy_ChristianeEvelynTeixeira_M.pdf. Acesso em 16 out. 2019.
- MATTAR, F. N. Análise crítica dos estudos de estratificação socioeconômica de ABA-Abipeme. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 30, n. 1, 57-74. 1995. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Mattar_1995_Analise-critica-dos-estudos-de_18501%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Mattar_1995_Analise-critica-dos-estudos-de_18501%20(1).pdf). Acesso em: 08 out. 2020.
- NARVAZ, M. G.; SANT'ANNA, S. M. L.; TESSELER, F. A. Gênero e educação de Jovens e adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder. **Diálogo**, Canoas, n. 23, p. 93-104, ago. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113442>. Acesso em: 09 abr. 2020.
- NOGUEIRA, L. R.; FARIAS, A. M. **O docente da educação de jovens e adultos e o desenvolvimento de suas ações pedagógicas**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V. 1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso em 16 out. 2019. ISBN 978-85-8015-076-6.
- PORCARO, R. C. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Minas Gerais, 07 p. Viçosa: Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, 2007. Disponível em: <http://files.pedagogiaunifeso.webnode.com.br/200000464-0b8b90c86d/A%20HIST%20C3%93RIA%20DA%20EDUCA%20C3%87%20C3%83O%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em 02 jun. 2020.
- SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. 2013. **Análise de conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. 2013. IN: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília, DF. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2113-7552-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- TEIXEIRA, L.A.; PASSOS, M.M. O que leva jovens e adultos a buscar a EJA?: algumas considerações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 3., 2012, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: SINECT, 2012. Disponível em: <http://www.sinect.com.br/2012/down.php?id=2584&q>. Acesso em 25 mai. 2020.
- TESSELER, F. A.; MARA, S.; NARVAZ, M. G. Educação de Jovens e Adultos: a hora da estrela. In: Sita Mara Lopes Sant. (Org). **Olhares múltiplos e contemporâneos da Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: 2014, v. 01, n. 01, p 154-167.2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Martha_Narvaz/publication/344047723_MULHERES_NA_EJA_A_HORA_DA_ESTRELA/links/5f4fe3a392851c250b8b29eb/MULHERES-NA-EJA-A-HORA-DA-ESTRELA.pdf. Acesso em: 02 dez. 2020.



VIGANO, S. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. A Educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres. **Revista EJA em Debate**, v. 5, n. 7, 1-19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2105/1> Acesso em: 02 dez. 2020.